

Resumo da ata da reunião n.º 24 do Conselho Geral de 20 de abril de 2026

Ponto um – Aprovação da ata da reunião anterior.

A ata da reunião de 9 de março será aprovada posteriormente, por não estar ainda concluída a sua redação.

Ponto dois – Informações.

Foram abordados os assuntos seguintes:

A Diretora manifestou o seu mal-estar relativamente a críticas feitas, na reunião anterior, à sua gestão e aos trabalhos do Conselho Pedagógico, reforçando contudo a sua disponibilidade para trabalhar em prol da instituição.

Na tomada de posse do novo Conselho Municipal de educação, no dia 24 de março, foi dado conhecimento dos bons resultados em Português Língua Não Materna (PLNM) no concelho do Barreiro nas Provas de Monitorização das Aprendizagens (ModA). No entanto, existe preocupação com os resultados em Português e Matemática, tendo o município definido a meta de 93% de sucesso até 2029. Neste âmbito, estão previstos apoios em terapia da fala e a implementação de um programa de competências socioemocionais no 2.º ciclo. Está a decorrer a candidatura da requalificação de algumas escolas, nomeadamente a Escola Secundária Augusto Cabrita.

Na Escola n.º Seis, prossegue a ampliação e a construção do telheiro. No entanto, foram reportados problemas de qualidade no afagamento do chão de algumas salas durante a interrupção da Páscoa, exigindo um reforço de assistentes operacionais nos dias 10 e 11 de abril para preparar a escola para o regresso às aulas.

Na Escola Américo Marinho, estão reunidas as condições para a transferência das turmas para os monoblocos. Na Escola Augusto Cabrita, a casa de banho adaptada do bloco F está quase pronta, mas os Centros Tecnológicos Especializados (CTE) registam atrasos devido à falta de entrega de equipamentos significativos por parte dos fornecedores. O prazo para conclusão de todo o processo a trinta e um de março não foi concretizado, tendo o Ministério solicitado documentação que justifique o esforço da escola na conclusão do processo.

A Câmara Municipal está a trabalhar para colocar vigilantes nas escolas com maiores problemas de comportamento, selecionadas com base em relatórios de forças policiais e de reinserção social. Esta medida retoma uma prática que fora interrompida, sendo possível apenas a sua aplicação a três escolas, não contemplando, para já, o Agrupamento.

A Associação de Pais (APAC) cancelou o projeto de clubes, no 1.º ciclo, por não ter capacidade para o manter. Este facto levanta questões de segurança e de vigilância, devido à falta de assistentes operacionais para acompanhar os alunos no horário afetado. A reenviou à DGEstE um pedido de reforço e de revisão da fórmula de cálculo do rácio dos assistentes operacionais, esperando-se que possa haver resposta.

Foram reportadas falhas graves de ligação à Internet durante as provas de ensaio, nas escolas n.º Seis e Padre Abílio Mendes, com atrasos significativos no acesso às e com muitos alunos impedidos de as concluir por falta de tempo. Discutiu-se a necessidade de linhas dedicadas e a sobrecarga das plataformas do Ministério. A Conselheira Sónia Alho, representante da autarquia, reforçou a necessidade de *feedback* muito fidedigno dessas ocorrências, para que se consiga o acompanhamento e até mesmo as intervenções necessárias do organismo responsável, sendo necessário insistir, pois a resposta é muito demorada.

Um curto-circuito danificou o router da Minedu e a UPS; a substituição depende do Ministério, pois a escola não tem autonomia para intervir no equipamento. O problema principal parece ser o acesso maciço à plataforma ministerial e limitações na cablagem, sendo que a única solução eficaz, mas dispendiosa, seria uma linha dedicada por escola.

Vai decorrer, na Moita, a 29 e 30 de abril, a Feira de Formação e Emprego dirigida aos alunos do 9.º ano.

O jantar solidário angariou 6.900€ para a cadeira de rodas elétrica de um aluno do Agrupamento, e foram enviados 1.300€ para apoiar o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria.

O concurso para a contratação de um psicólogo de quadro, lançado a 6 de abril, passou a estar sob a responsabilidade direta do Ministério.

Na reunião com a tutela, a 15 de abril, o Ministro da Educação apresentou medidas de eficiência, incluindo a melhoria do modelo de concursos de professores, o reforço do regime de autonomia das escolas em articulação com as autarquias, o estatuto dos diretores, a revisão curricular, prevista para o ano letivo de 2027-2028, incluindo a possível fusão do 1.º com o 2.º ciclo, e a conclusão do Estatuto da Carreira Docente até 2027. No Concurso de Fotografia Alfredo da Silva, uma parceria da Câmara Municipal com a Fundação Amélia de Melo, uma aluna do 12.º L obteve o 2.º lugar, garantindo uma bolsa de estudo de 500€ para si e uma verba de igual valor para o Agrupamento. A Conselheira Sónia Alho felicitou ao Agrupamento pelo segundo prémio, com uma fotografia excecional.

O Dia Aberto do Agrupamento terá lugar no dia 24 de abril, com horários diferenciados de acordo com os ciclos de ensino. Pretende-se que seja um dia participado, com a possibilidade de a Comunidade poder visitar a escola e conhecer a oferta educativa do Agrupamento, bem como as diferentes áreas e atividades que se promovem e se realizam ao longo do ano.

Ponto três – Aprovação do mapa de férias da Diretora para o ano de 2026.

O mapa de férias da Diretora foi aprovado por unanimidade, existindo no entanto, ainda dias por marcar, pois a calendarização definitiva está condicionada pelo elevado volume de trabalho previsto para o Agrupamento.

Ponto quatro – Apreciação do Relatório da Conta de Gerência do ano económico de 2025.

A diretora procedeu à apresentação detalhada do relatório em questão, que tem como principal referência as linhas orientadoras aprovadas por este Conselho Geral, a 9 de dezembro de 2024.

A Diretora referiu que a elaboração e a execução da conta de gerência assentaram no princípio da primazia da dimensão pedagógica, assegurando que as opções financeiras estiveram sempre ao serviço das aprendizagens, da inclusão e do sucesso educativo. Foi mencionado terem sido igualmente respeitados os princípios da legalidade, da transparência e da equidade, da racionalização da despesa e da sustentabilidade financeira, procurando uma gestão rigorosa dos recursos públicos colocados à disposição do Agrupamento. De acordo com as indicações do Conselho Geral, no ano anterior, foi apresentado um resumo comparativo do ano em análise com o ano transato.

Foram destacados os valores das receitas, do saldos e do financiamento dos CTE, verba que é integralmente aplicada na modernização das infraestruturas e equipamentos, não reforçando a autonomia financeira do Agrupamento.

A Diretora alertou para a redução das receitas próprias, devido à transição da gestão do pavilhão gimnodesportivo para a autarquia, e ao não pagamento ao Agrupamento das verbas de produção de energia dos painéis solares por dificuldades na transição das competências para a autarquia.. Reforçou ainda a necessidade de uma gestão assente na contenção de despesas, na definição clara de prioridades e na maximização do impacto pedagógico e educativo dos recursos disponíveis. Assume particular relevância a continuidade das parcerias com a autarquia, as freguesias e outras entidades, bem como a participação em projetos e programas de financiamento nacionais e europeus, para mitigar a restrição crescente das receitas próprias.

Considerou-se que o Relatório da Conta de Gerência de 2025 estava bem organizado, mais claro e devidamente acompanhado de reflexão por parte da Direção. O Relatório foi aprovado por unanimidade.

A reunião encerrou com uma clarificação da Presidente sobre a natureza das críticas aos documentos apresentados na reunião anterior, sublinhando que o objetivo é a otimização de procedimentos e da análise da qualidade do sucesso educativo do Agrupamento.

A Presidente do Conselho Geral: Cristina Fortes

A Secretária: Lígia Pereira